

LINGUAGEM NÃO BINÁRIA COMO (RE)EXISTÊNCIA DE GÊNERO E PRÁTICA INCLUSIVA

Gustavo José B. Paraiso ¹
Iran Ferreira de Melo ²

RESUMO

Os estudos de gênero e sexualidade na atualidade buscam contribuir com a perspectiva da não-binaridade das línguas neolatinas, que persistem com o masculino genérico e reforçam a ideologia cisheteronormativa. Tendo em vista esse contexto e buscando expandir a compreensão das diversas identidades de gênero, para que os corpos de sexualidades dissidentes possam ser incluídos no discurso é que emerge a linguagem não-binária (LNB). Ela é parte da linguagem inclusiva de gênero, modelo do linguista britânico Norman Fairclough, (2001[1999]) que visa democratizar as diversas possibilidades de gênero, se afastando do recorrente emprego do masculino genérico de algumas línguas. Reconhecendo que a linguagem é primordial para ter a sua subjetividade reconhecida, colaborando para que mais pessoas se sintam acolhidas e possam existir, com o intuito de contemplar novas perspectivas que divergem das normas cisheteronormativa. Porém, existem muitos mitos em torno da LNB na sociedade, principalmente quanto aos seus usos e práticas na sala de aula. E um dos desafios desse trabalho é desconstruir esses mitos e auxiliar com argumentos que possam contribuir na inclusão dessa prática discursiva, afinal a linguagem é um fenômeno que atende as necessidades humanas e está sujeita a mudanças de acordo com as necessidades sociais que surgem no decorrer do tempo. Portanto ela está sujeita a variação e a mudanças que a própria sociolinguística aponta em seus estudos nas últimas décadas. Desse modo, esta proposta está em discorrer sobre a LNB no contexto de usos e práticas sociais como mecanismo de inclusão dessas pessoas que divergem da norma hegemônica de gênero. Consequentemente, demonstrando que é uma linguagem inclusiva de (r)existências de gênero e que a linguagem não binária é parte dessa prática discursiva.

Palavras-chave: Linguagem não-binária, Prática inclusiva, Gênero.

INTRODUÇÃO

Esse artigo é parte de uma rede de práticas glotopolíticas contra a censura e o retrocesso de nossa democracia. Salientamos ainda que este texto é tributário de uma bolsa de iniciação

¹ Graduado em Comunicação Social, pela UFPB. Graduando em Letras- Português e Espanhol pela UFRPE. Integrante do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer/UFRPE). Pesquisador em Linguística pelo CNPq. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq. E-mail: guga.paraiso@gmail.com

² Doutor em Linguística (USP). Professor de Linguística Queer e Análise Crítica do Discurso (UFRPE/UFPE). Coordenador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer). Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (Progel-UFRPE) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL-UFPE). Pesquisador do Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso (NEAC-USP). E-mail: iranmelo@hotmail.com

científica fomentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Dito isso, enfrentamos no Brasil e outras nações, uma cruzada que visa proibir a prática da linguagem não-binária. Esse é mais um ingrediente nas tentativas de apagamento da população não binária, que é parte da comunidade LGBTQIAPN+³, principalmente por não se enquadrarem no padrão binário normativo de nossa sociedade. Validar existências humanas é um papel primordial que a linguagem exerce. Pensar nas pessoas que fogem a heterocisnormatividade é um ponto primordial para destacarmos e refletirmos sobre a importância da linguagem não-binária. Segundo o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) em sua versão mais atualizada, que apresenta os dados de 2023 sobre a situação de violência e assassinatos contra pessoas trans brasileiras, houve um aumento de mais de 10% nos casos de homicídios de pessoas trans em relação a 2022.

Diante desse cenário, a motivação para realizarmos esse trabalho mais que emergiu, ela clamou para produzirmos e mensurarmos mais informações que possibilitem um caminho para auxiliar no combate a essas violências. Com isso, este texto abordará os contra-argumentos produzidos em nossas produções acadêmicas, com o intuito de possibilitar a inclusão desses discursos nos mais diversos cenários.

Linguagem não-binária⁴ (LNB) é um conjunto de estratégias discursivas para proporcionar que a comunicação, especialmente de pessoas que não se enquadram exclusivamente na lógica binária homem/mulher, tal como regem modelos culturais dominantes

³ Significado da sigla: L - Lésbica: Mulheres que sentem atração emocional, romântica ou sexual por outras mulheres. G - Gay: Termo geralmente usado para homens atraídos por outros homens, mas também pode ser usado por lésbicas. B - Bissexual: Indivíduos que se sentem atraídos por mais de um gênero. T - Transgênero: Pessoas cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído no nascimento. Q - Queer: Um termo guarda-chuva para pessoas que não se enquadram nas normas tradicionais de gênero e/ou sexualidade. I - Intersexo: Indivíduos nascidos com características sexuais (como cromossomos, genitália e/ou órgãos reprodutivos) que não se encaixam nas definições típicas de masculino ou feminino. A - Assexual: Pessoas que não sentem atração sexual, ou a sentem em baixos níveis ou sob condições específicas. P - Pansexual: Pessoas atraídas por indivíduos de todos os gêneros e identidades de gênero. N- Não binária: Pessoas que sentem que seu gênero está além ou entre a convencionalidade de homem ou mulher e pode defini-lo com outro nome e de maneira totalmente diferente, englobando um guarda-chuva maior que o da transgeneridade. +: A inclusão do "+" é uma forma de reconhecer todas as outras identidades e orientações que não estão explicitamente representadas nas letras anteriores.

⁴ Optamos por usar hífen na escrita de “não-binário” com o intuito de dar maior unidade semântica a esse atributo quando designando a linguagem, haja vista ser “linguagem não-binária” um conceito central nesse trabalho. Consideramos importante esclarecer, também, que entendemos gênero como uma categoria polissêmica que indica diferentes possibilidades de classificação de seres e coisas no mundo (por isso, falamos de gênero textual, gênero gramatical e gênero literário, por exemplo). Nesse sentido, em muitas línguas, gênero neutro significa o mecanismo usado para o funcionamento gramatical apontar a existência de um ser que não é referido como homem ou mulher contextualmente. No português não temos essa possibilidade de neutro reconhecido como oficial, mas criamos e, quando fazemos isso, costumamos chamar o novo mecanismo de gênero neutro. Contudo, neste estudo, por entendermos que a palavra ‘neutro’ pode ocasionar problemas de compreensão – indicando também ‘imparcial’ ou ‘isento’ –, preferimos usar o epíteto ‘não-binária’ para ‘linguagem não-binária’.

de performance de gênero, seja plural e polifônica, isto é, atravessada por pessoas com vozes de diferentes perspectivas e vivências.

Para o desenvolvimento da metodologia selecionamos uma bibliografia sobre gênero social (Butler, 2022), linguagem inclusiva de gênero (Brevilheri, Lanza & Sartorelli, 2022) e política de representação da comunidade de pessoas de gênero não-binário (Bertucci, 2021). Os eixos teóricos de base para a bibliografia são da Teoria Queer (Miskolci, 2014, 2015) e da Linguística Aplicada Queer e Indisciplinar (Borba 2015; Melo, 2020).

O marco praxeológico serve de material para desempenhar a análise do discurso dos dados. Ele tem inspiração na Análise Crítica do Discurso, sob a esteira de Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough (1999) em sua proposta de uma análise de discurso explanatória e de Norman Fairclough (2003), em particular, em sua teoria-método denominada Teoria Social do Discurso, notadamente na análise do significado representacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com a filósofa estadunidense Judith Butler (2003 [1990]), em sua obra *Problemas de Gênero*, a lógica do feminismo e da luta política em geral, é que a categoria ‘mulher’ é um problema e uma solução. Para o feminismo, ‘criar’ a categoria ‘mulher’ seria preciso numa oposição ao patriarcado. Essa criação gera o que se defende: a própria categoria. Butler afirma que o feminismo erra em pensar que essa é a melhor estratégia de luta contra o poder. Este é mais do que essa ‘permuta’. O poder não é essa troca, esse jogo de forças. Operar dessa forma é agir como a lei dominante quer.

Butler, apoiada na genealogia *foucaultiana* e no princípio de que a sexualidade é também construída discursivamente, questiona se o “sexo” tem história ou é algo dado *a priori*, recorrendo a problemática da sexualidade em Michel Foucault para discutirmos a tríade sexo, gênero e desejo. Ela então problematiza a desconstrução desses pressupostos, destacando que em cada um dessa tríade contém o outro elemento, e que eles operam de forma assimétrica e oposicional. Assim, nessa assimetria de poder, na qual um é estigmatizado, marginalizado e o outro é naturalizado e socialmente aceito.

Precisamos entender que gênero é constituído e constituinte de redes de poder, e o que Butler nos aponta é numa desconstrução do natural/cultural do sexo e do gênero, mostrando que falarmos em uma existência social de corpos pressupõe que não há corpo existente à pré-inscrição cultural, já que o corpo não é uma dimensão a ser lapidada por inscrições, mas “um

conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas” (Butler, 2003, p.59).

Somando a esses pressupostos, temos os estudos de Joan Scott (1989) que nos apresentou o gênero como uma categoria útil de análise, nos mostrando que os papéis de homens e mulheres em nossa sociedade não são naturais, biológicos e determinados de maneira imutável no decorrer do tempo.

Partindo desse caminho, sabemos que a escola e o seu papel na formação dos indivíduos é uma entidade com o poder de disciplinar, como as demais instituições sociais, que são perpassadas por discursos que internalizam valores morais para as pessoas. No entanto, não podemos considerar o poder como um mecanismo que oprime e nos limita, ele também produz e incita resistências. E a escola é um espaço também para isso. As transformações dos sujeitos, as mudanças de valores e regras morais, perpassam por discursos naturalizantes, principalmente quando se referem aos gêneros e sexualidades dissidentes.

Assim, em nossa sociedade, que impera uma hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, são nomeados diferentes os indivíduos que não compartilham desses atributos. Olhar assim nos faz acessar o gênero como sendo natural, o que é ilusão política de discursos dominantes. Somos levados a acreditar no masculino e no feminino *in natura*, mas esses espectros são criações performativas.

Para tanto, o nosso corpo é atividade constante de gênero, pois, ao nos constituirmos como linguagem, somos alimentados por essa construção cultural, tanto quanto nós a alimentamos, e podemos reforçar ou subverter o gênero à medida que interagimos. E entre as possibilidades linguísticas de nossas práticas, a LNB é um dos modos mais objetivos de subverter esse construto cultural.

Também conhecida como linguagem neutra, a LNB é parte da linguagem inclusiva de gênero (modelo de discurso já bastante discutido pelo linguista britânico Norman Fairclough, 2001 [1992]) e por outras referências da Linguística, que visa a democratizar representações de gênero fora das universalizações masculinistas. Sendo assim, a linguagem inclusiva de gênero (LIG) integra o que se chama de linguagem inclusiva, que são modos de uso linguístico que objetivam visibilizar grupos historicamente alijados.

Diante disso, podemos afirmar que a LNB é um projeto de discurso glotopolítico, afinal vivemos em uma democracia e, para tanto, não se vive em democracia sem a valorização da pluralidade de discursos, linguagens e vozes. Reconhecer a variedade linguística, de gênero, de sexualidade, é tão fundamental quanto reconhecer a variedade étnica e racial que compõe uma sociedade.

Qualquer tentativa de apagamento dessa variedade é estritamente prejudicial para a democracia. E a tentativa de apagamento dessa pluralidade é o que na Linguística Aplicada chamamos de Glotofobia, que segundo o sociolinguista Philippe Blanchet (1998 *apud* Baptistone, 2021, p.13) “é a discriminação, desprezo, ódio, agressão ou depreciação de pessoas pelo uso de certas formas linguísticas consideradas incorretas, inferiores à língua oficial ou padrão, aquela que recebe prestígio social”. E a LNB, que é o fenômeno que permeia este trabalho, é um discurso glotopolítico, justamente porque esse fenômeno é o exercício, que fazemos no cotidiano, para promover novos modos de uso da linguagem, com uma intencionalidade clara, que objetiva estabelecer novas práticas políticas e, assim, novas relações sociais.

ARGUMENTOS COMO CONTRA DISCURSO

Existem muitos mitos em torno da LNB na sociedade, principalmente quanto aos seus usos e práticas na sala de aula. Um dos desafios desse trabalho é desconstruir esses mitos e auxiliar com argumentos que possam contribuir na inclusão dessa prática discursiva, afinal a linguagem é um fenômeno que atende as necessidades humanas e está sujeita a mudanças de acordo com as necessidades sociais que surgem no decorrer do tempo. A seguir, apresentamos 10 argumentos que auxiliam nessa desconstrução.

01- A linguagem não-binária não causa déficit do aprendizado de uma língua. Crianças e adolescentes convivem muito bem com a variação e a mudança linguísticas, basta ver como usam e aceitam as novas palavras oriundas do inglês que vêm com o universo digital. Quanto mais proporcionarmos a exposição da linguagem não-binária como um modo sensível para ajudar pessoas a não sofrerem, mais crianças e adolescentes vão aprender bem e decidir se usarão uma linguagem inclusiva ou não. A educação e o ensino problemáticos não estão em considerar a linguagem não-binária na sala de aula, mas de impedir que pessoas possam usar a sua língua, sobretudo quando esta está a serviço da diferença humana. A escola é garantida por lei como um lugar de emancipação e respeito.

02- Pessoas não binárias e aliadas a elas não querem impor o ensino e o uso da linguagem não-binária, mas ensinar que podemos ter um discurso empático e de valorização da diferença humana. Não existe nenhum projeto de lei ou matéria semelhante que prescreva obrigatoriedade da linguagem não-binária, ao contrário dos PLs que prescrevem a sua proibição. A linguagem

não-binária não é compulsória, é um gesto de cuidado do outro. É uma ação deliberada e facultativa e está sendo colocada em prática. A escola brasileira e o ensino de língua pode e deve reconhecer a linguagem não-binária não porque foi imposta (afinal não existe essa imposição), mas porque a educação formal está comprometida com a realidade e essa linguagem já é parte de nossa realidade e inclusive não está mais restrita a guetos.

03- A língua é um fenômeno que atende a necessidades humanas e, mesmo que tenha proposto formas supostamente universais para marcar gênero em seus sistemas, está sujeita a mudanças de acordo com as necessidades sociais. Nenhuma entidade científica dos estudos linguísticos no mundo despreza o uso da linguagem não-binária de gênero. Ao contrário, a exemplo da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED –, da Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN –, da Associação de Estudos do Discurso e da Sociedade – EDiSo – e da Associação de Linguística Aplicada do Brasil – ALAB –, todas as associações científicas da Linguística respeitam e orientam o uso da linguagem inclusiva de gênero.

Algumas das entidades científicas da Linguística que apoiam a linguagem não-binária são:

- ALED: <https://www.youtube.com/watch?v=h3J3zgX5OKY&t=2s>
- ABRALIN: <https://www.youtube.com/watch?v=aTY0B12uf2Q&t=2s>
- EDiSo: <https://www.youtube.com/watch?v=y68MM6O7lmI&t=13s>
- ALAB: <https://www.youtube.com/watch?v=yez94prJ1S4&t=974s>

04- A linguagem não-binária é um modo de contemplar a representação de pessoas que são diariamente ceifadas na sociedade brasileira por causa do ódio contra suas identidades de gênero. Em seus relatórios, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA –; o tradicional Grupo Gay da Bahia – GGB –, entidade que, há décadas, mapeia dados, sobre violências contra a população LGBT; a organização europeia Transrespect versus Transphobia e outras instituições nacionais e internacionais afirmam que o Brasil é líder mundial em mortes contra a população trans (transexuais e travestis). Somente estes dados já são suficientes para justificar a defesa de ações de sensibilidade à linguagem quanto ao reconhecimento que pleiteiam pessoas trans.

Para quem quiser conhecer algumas dessas entidades de pesquisa sobre violência contra LGBT, seguem links de acesso a seus portais:

- ANTRA: <https://antrabrasil.org/>
- GGB: <https://www.instagram.com/grupogaydabahia/>
- TRANSRESPECT versus TRANSPHOBIA: <https://transrespect.org/en/>

- Observatório de mortes e violências LGBTQ+ no Brasil:

<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/>

- Anuário Brasileiro de Segurança Pública: <https://forumseguranca.org.br/>

05- A Justiça brasileira, por meio da representação em nota técnica nº 3/2022, publicada, em 20 de fevereiro de 2022, pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), reconhece publicamente os investimentos políticos de interdição da linguagem inclusiva de gênero no português do Brasil como tentativas de cerceamento à “plena realização dos direitos humanos, em particular [à] ordem democrática, do estado de direito e dos direitos e garantias básicas dos cidadãos e das cidadãs”. Esse posicionamento nos aponta para orientações legais acerca da liberdade de uso de uma linguagem inclusiva e não-binária como eixo de manutenção de uma república democrática em nosso país.

O link da PFDC que contém essa nota técnica é:

<https://www.mpf.mp.br/pfdc/manifestacoes-pfdc/nota-tecnica-3-2022-pfdc-mpf/view>

06 - Em consonância com os pilares de proteção à pessoa humana, tipificados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como na nossa Constituição Federal, no Brasil, diferentes entidades objetivam construir uma história mais incluyente para as pessoas em geral e notadamente para as pessoas cujas identidades de gênero são excluídas. Como exemplo, o Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, mapeia a linguagem não-binária do Brasil e atua em ações pedagógicas que fortalecem os direitos e a equidade humana, sempre ancorado por conhecimentos científicos da linguagem associados às necessidades da vida das pessoas. Negar esse passo humanitário importante do século XXI é retroceder historicamente.

07 - A linguagem não-binária não ameaça nenhuma língua. Ela é parte de dois fatores constitutivos da linguagem: variação e mudança. Eles não são problemas nem prejudicam a norma padrão linguística. São elementos que tornam uma língua a própria língua. Há, pelo menos, cinquenta anos, a Sociolinguística demonstra que as línguas respondem a necessidades socioculturais, por isso variam e mudam. A linguagem não-binária é uma demanda de pessoas para buscarem reconhecimento nas suas línguas, especialmente pessoas trans. Isso é normal e natural. Negar a linguagem não-binária é negar a variação e a mudança linguística e negar a necessidade de existência de pessoas trans – uma população que, no Brasil, morre por ser quem é.

08- A linguagem não-binária é muito mais que o ‘todes’. Ela está presente em novos pronomes, pode ser usada com marcas como ‘x’ e ‘@’ e até já existe na língua padrão (como quando usamos a palavra ‘pessoa’ para não marcar o gênero masculino ou feminino). Algumas dessas formas são mais adequadas do que outras a depender da situação comunicativa. Nenhuma delas é capacitista ou elitista, pois são criadas com o compromisso da inclusão. O nosso uso é que vai definir se terá o melhor efeito. Por exemplo, escrever ‘todes’ para um público amplo é melhor do que escrever ‘todxs’, porque essa segunda forma pode dificultar a leitura, mas isso não quer dizer que existe um modo melhor do que outro, e sim que alguns são mais relevantes a depender de para quem e como está se usando. Essas diferenças podem ser sistematizadas pela escola inclusive com o objetivo de abordar a língua como interação, uma vez que nossos documentos parametrizadores e as orientações científico-pedagógicas apontam que é papel da escola ensinar a língua como uma atividade socio-cognitivo-cultural.

09- O acordo ortográfico da língua portuguesa é um instrumento que serve à padronização de recursos da escrita para favorecer a rede internacional de países lusófonos. Ele não é uma mordaca cultural, não é a nossa língua. A língua não corresponde a uma lei, aos registros dicionarizados nem a qualquer compósito gramatical que se possa reunir. A língua é o que fazemos com um sistema simbólico culturalmente reconhecido quando interagimos com as pessoas. Língua é a atividade de interlocução e não suas formas. A escola, os textos escritos públicos, as instituições, a sociedade devem reconhecer essa atividade na medida em que a usam e na sua integralidade, sob pena de discriminarem recursos culturais que compõem uma sociedade e seu povo. Se não está num acordo ortográfico ou em algum registro oficial, não quer dizer que não devemos usar ou tratar da linguagem não-binária. Ao contrário, reconhecer o que não é prescrição nos faz entender hipóteses linguísticas que levam as pessoas a criar e serem agentes de seu tempo. Pedagogicamente, não há melhor aprendizado do que este.

10- Qualquer ação que objetive legislar sobre a língua deve, no mínimo ser discutida com linguistas. E quando se trata de alguma legislação sobre a pedagogia linguística, é necessário que o debate seja feito com profissionais da Pedagogia e instituições de autoridade em Educação. Mais ainda, quando se busca legislar sobre modos que representam uma população subalternizada, é crucial que se converse com integrantes dessa população. Um movimento que não atenda a essas interlocuções descaracteriza seu perfil democrático. É uma proposta sectária e unilateral. E é muito importante desconfiar de qualquer postura assim, pois ela, ao passo que

não promove o diálogo com a representatividade elementar de sua matéria, está fadada ao extermínio dessa representatividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a língua seja um fenômeno social e sofra alterações para adequar-se aos falantes, ela é repleta de resistências propiciadas pela sociedade machista, sexista e patriarcal. Sabemos que se essa mudança não for em benefício dessa classe tida como maioria, ela não seguirá adiante. Assim, a língua continuará a oprimir, possuindo diferentes marcadores linguísticos que negligenciam corpos que diferem dessa classe tida como majoritária. Porém ela está sujeita a variação e a mudanças que a própria sociolinguística aponta em seus estudos nas últimas décadas. Desse modo, nos propomos em discorrer sobre a LNB no contexto de usos e práticas sociais como mecanismo de inclusão dessas pessoas que divergem da norma hegemônica de gênero. Consequentemente, demonstrando que é uma linguagem inclusiva de (r)existências de gênero e que a linguagem não binária é parte dessa prática discursiva.

Fazer parte da população LGBTQIAPN+ é estar em constante luta, pois criar um território mais inclusivo é o que estamos sempre em busca. Assim, nos aliamos as pessoas trans, viadas, não binárias e todo o universo dissidente da norma, para afirmar que há vida e resistência nessa “cruzada” que se estabeleceu em nossa sociedade contra à LNB. O uso de uma LNB é uma práxis a favor de uma pessoa não binária e de todas as pessoas que lutam para que a diferença humana seja reconhecida, valorizada e respeitada. Utilizar a LNB é ter uma postura em favor da vida, pois é um discurso que, ao passo que denuncia a identidade como essência, dá vida, e vida em abundância, a todas as pessoas, sem exceção, sobretudo quem não tem sequer direito de existir por terem questionadas as maneiras como vivenciam suas identidades. Sigamos juntos sem esmorecer.

REFERÊNCIAS

BAPTISTONE, S. **Gltofobia, fenômeno de estigmatização social:** entrevista com Philippe Blanchet. Cadernos de Letras UFF, Niterói, v.32, n.62, p.13-22, 1º semestre de 2021.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023.** ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BERTUCCI, P. Um guia para promover a linguagem inclusiva em português. **Diversity Bbox**, 2020. Disponível em: < <https://diversitybbox.com/pt/um-guia-para-promover-a-linguagem-inclusiva-em-portugues/>>. Acesso em 20 de mar. de 2024.

BORBA, R. Lingüística Queer: Uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Revista Entrelinhas**. vol. 09. n. 01. jan/jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/10378>. Acesso em 22 de mar. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990]. (Coleção Sujeito e História)

_____. **Discurso de ódio**. Uma política do performativo. Trad, Roberta Fabri Viscardi. São Paulo: Editora da Unesp, 2021 [1997].

_____. **A reivindicação de Antígona**: O parentesco entre a vida e a morte. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. Prefácio de Berenice Bento (UnB). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2022.

BREVILHERI, U.; LANZA, F.; SARTORELLI, M. R. Neolinguagem e “linguagem neutra”: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, 2022.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Trad. Maria Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 [1992].

_____. **Analysing Discourse: Textual analysis for social research**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2003.

MELO, I. (2020) Linguística Queer. Que tiro é esse, viado? In: I. Melo, N. Duarte de Azevedo (Org.) **Corpos dissidentes, corpos resistentes. Do caos à lama**. (Cap. 1, pp. 11-24) Campina Grande, JP: Realize.

MISKOLCI, R. Um saber insurgente ao sul do Equador. **Revista Periódicus**. 1ª edição, mai-out., 2014.

_____. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Cadernos da Diversidade). Capítulo “Origens Históricas da Teoria Queer” – p. 21-35.

SCOTT, J. – **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.